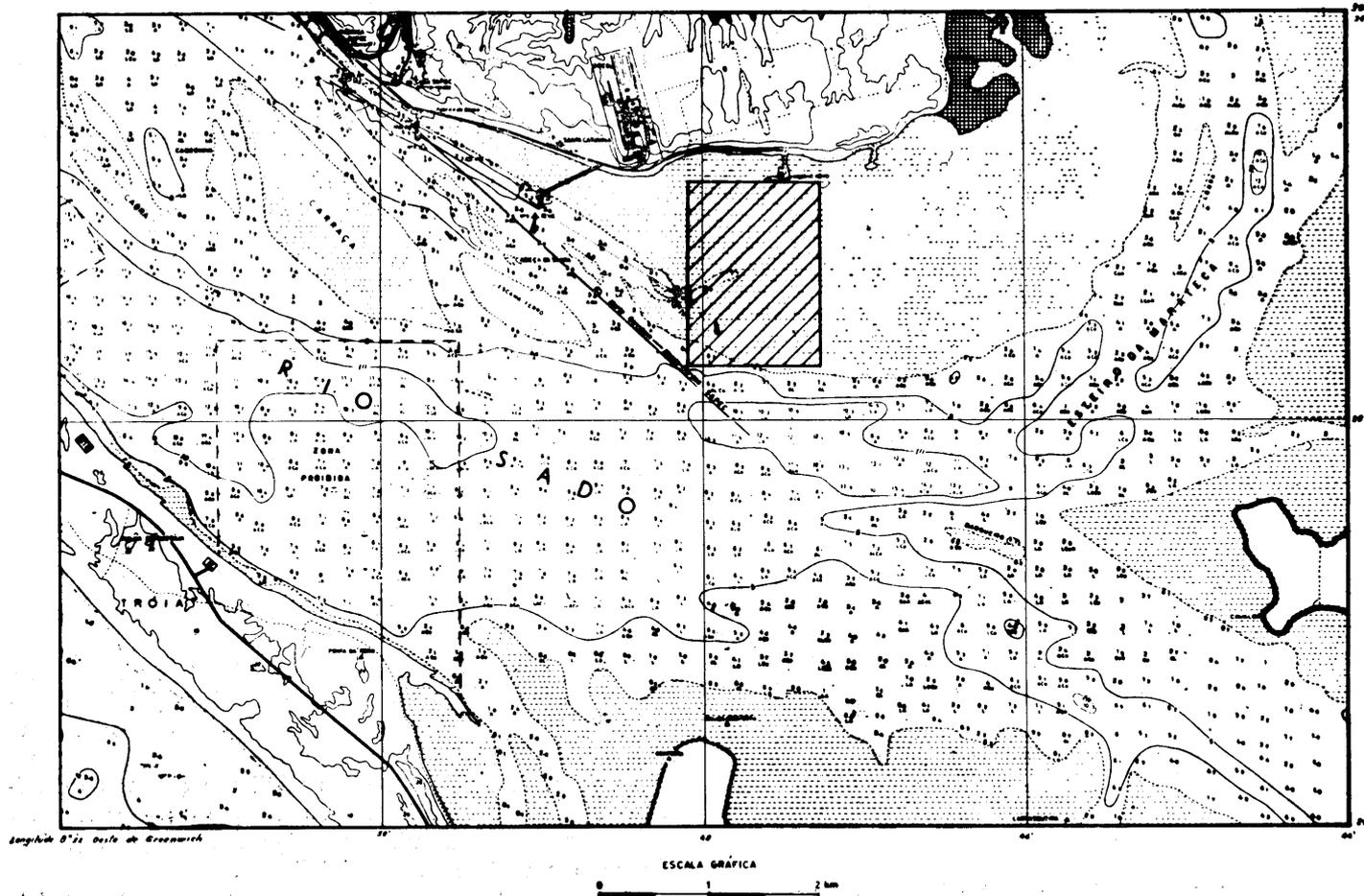


Desafectação de terrenos do domínio público marítimo



O Ministro das Finanças, *João Augusto Dias Rosas*. — O Ministro das Obras Públicas, *Rui Alves da Silva Sanches*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção-Geral dos Negócios Económicos

Aviso

Por ordem superior se torna público que, segundo comunicação da Embaixada da França em Lisboa, o Governo do Chile depositou, em 10 de Junho de 1971, o seu instrumento de adesão à Convenção Internacional de Paris, de 1 de Dezembro de 1954, que substitui a Convenção de 21 de Junho de 1920, modificada em 31 de Maio de 1937, Relativa ao Instituto Internacional do Frio.

Direcção-Geral dos Negócios Económicos, 20 de Julho de 1971. — O Adjunto do Director-Geral, *Manuel Rodrigues de Almeida Coutinho*.

MINISTÉRIO DO ULTRAMAR

Direcção-Geral de Economia

Aviso

Faz-se público que, nos termos do § 2.º da cláusula 32.ª do contrato celebrado em 16 de Junho de 1953 com o Banco Nacional Ultramarino e de acordo com as disposições do Decreto-Lei n.º 243/71, de 1 de Junho, foram

aprovadas, por despacho de S. Ex.ª o Subsecretário de Estado do Fomento Ultramarino de 9 de Julho de 1971, as características das notas do valor de 5 patacas, a lançar em circulação na província de Macau, cuja descrição é a seguinte:

Dimensões e cor:

14 cm x 6,5 cm (castanha, com fundo rosado e esverdeado).

Frente:

- 1 — Compõe-se de um emoldurado rectangular, limitado por um friso guilhoché.
- 2 — Na parte superior o título «Banco Nacional Ultramarino», em letras brancas sobre o friso emoldurado.
- 3 — Por baixo e fora do friso, já no corpo da nota, o mesmo título em caracteres chineses.
- 4 — Ainda abaixo destes caracteres, em tipo de letra pequena, «Decreto-Lei n.º 39 221».
- 5 — Na parte central, no alto, os dizeres «Macau» e por baixo o valor da nota por extenso, repetido por baixo em caracteres chineses.
- 6 — Por baixo, a data «Lisboa, 21 de Março de 1968».
- 7 — Ainda por baixo, à direita, «O Governador» e, à esquerda, «O Administrador», com as assinaturas em fac-símile.

- 8 — Na parte inferior, a meio, o escudo nacional com palmas e laço.
- 9 — Os dizeres do centro, incluindo o escudo nacional, assentam sobre uma roseta dúplex, de desenhos complicados e multicores.
- 10 — A numeração das notas é indicada na parte superior, à direita, repetida na parte inferior, à esquerda.
- 11 — À direita e abaixo da numeração a effigie do bispo D. Belchior Carneiro, emoldurada em oval, e à esquerda o emblema do Banco, cercado em fita na parte superior pelos dizeres «Banco Nacional Ultramarino» e na inferior pela indicação «Lisboa — 1864».
- 12 — No canto superior direito e inferior esquerdo a importância da nota em algarismos árabes e nos cantos opostos o mesmo valor em caracteres chineses.

Verço:

- 1 — É composto de um desenho ondulado de cor castanha uniforme, desenho que tem dois ornatos laterais ligados por um emoldurado em curva na parte superior e em recta inferiormente.
- 2 — No emoldurado superior a denominação «Banco Nacional Ultramarino», tendo por baixo em letras mais pequenas os dizeres «Pagável na província de Macau», tudo em letras brancas.
- 3 — Na parte central uma alegoria constando da figura, a meio corpo, de uma mulher quase de costas e rosto de perfil, contemplando o mar, onde se destaca uma nau com a cruz de Cristo nas velas, uma caravela com pano aberto e, mais perto, uma galé. Em segundo plano divisa-se um navio a vapor.
- 4 — Por baixo da alegoria o valor da nota por extenso em português.
- 5 — Ao centro dos ornatos laterais o valor da nota em algarismos árabes de tipo grande e ao alto o mesmo valor em algarismos chineses. Na parte inferior a palavra «Patacas» também em chinês.

Direcção-Geral de Economia, 20 de Julho de 1971. —
O Director-Geral, *Rui de Araújo Ribeiro*.

Gabinete do Plano do Zambeze

Portaria n.º 410/71

de 4 de Agosto

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Ultramar, nos termos do artigo 74.º do Decreto n.º 41 968, de 2 de Novembro de 1968, autorizar o Gabinete do Plano do Zambeze a adoptar o seguinte procedimento:

1. Contratar com a Sociedade Técnica de Construções, L.ª, com sede na cidade da Beira, Moçambique, a empreitada de execução das obras de infra-estruturas do centro urbano de Cabora Bassa por quantia não superior a 30 000 000\$, com o seguinte escalonamento:

1971	15 000 000\$00
1972	15 000 000\$00
	30 000 000\$00

2. Fazer face ao encargo previsto no número anterior para o ano em curso por conta da dotação destinada, na tabela de despesa do seu orçamento em vigor, a encargos com a execução do centro urbano de Cabora Bassa.

3. Suportar as despesas previstas para o ano de 1972 por conta de verbas próprias a inscrever no orçamento do Gabinete e correspondentes àquele ano.

O Ministro do Ultramar, *Joaquim Moreira da Silva Cunha*.

Para ser publicada no *Boletim Oficial* de Moçambique. — *J. da Silva Cunha*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Decreto-Lei n.º 331/71

de 4 de Agosto

Tem a experiência mostrado de forma inequívoca as vantagens resultantes da instituição no ensino técnico profissional, por força do Decreto-Lei n.º 41 176, de 8 de Julho de 1957, da categoria de professor extraordinário.

Embora nem sempre assegure o ingresso em um quadro, essa medida veio garantir, dentro de apreciáveis limites, a regularidade dos serviços docentes e oferecer estímulo ao aperfeiçoamento dos professores.

Considera-se por isso que, enquanto se não proceder à revisão do Estatuto do Pessoal Docente do Ensino Secundário, há a maior vantagem não só em admitir a categoria de professor extraordinário também nos ensinos liceal e do ciclo preparatório, como em uniformizar o regime da sua atribuição nos três ramos.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º A categoria de professor extraordinário, que não assegura direito ao ingresso em qualquer quadro, passa a ser comum aos ensinos liceal, técnico profissional e do ciclo preparatório.

Art. 2.º A categoria de professor extraordinário será atribuída aos candidatos que satisfizerem cumulativamente aos seguintes requisitos:

- a) Terem habilitação académica exigida para o ingresso no estágio pedagógico ou nos quadros dos respectivos grupo ou grau, de acordo com as disposições para o efeito aplicáveis no ramo de ensino secundário onde exercerem ou vierem a exercer a sua actividade docente; ou terem uma licenciatura para a qual não se encontre ainda definido o regime de ingresso no estágio; ou serem agentes técnicos de engenharia ou contabilistas;
- b) Terem, pelo menos, dois anos de serviço consecutivo no ensino secundário oficial, com classificação não inferior a *Bom*, contado nos termos da legislação aplicável no ramo ou nos ramos de ensino onde o houverem prestado e com início anteriormente ao dia 15 de Outubro; ou terem o curso de Ciências Pedagógicas completo e um ano de serviço classificado nos mesmos termos;
- c) Não acumularem o serviço de qualquer outra função pública.